
UMA POLÍTICA DE DEFESA AMBIENTAL

ARQUIVO TECNICO

0105
B278p
006404
v.1



CETESB



06106

006404

Francisco H. F. de Barros

1

0105
B27Bp
006404

AMU
BONTL...
30
B...
B...

Introdução

Poucos temas têm sido tão debatidos como a ecologia, meio ambiente, poluição. Para muitos representa um estímulo poético, o desejo de retornar a um passado remoto, o reencontro com a natureza numa relação que desapareceu com a civilização. Para outros, a questão é ignorada porque poderia se contrapor à aspiração do progresso, do desenvolvimento. Já para muitos, felizmente, o tema é científico, sério, relacionado à realidade existencial, e deve ser tratado com profundidade técnica.

Na verdade, a ecologia diz respeito à nossa existência como seres humanos, com direito à nossa existência

saudável, defendida da irresponsabilidade de seu próximo.

Por isso, o conceito de qualidade de vida que procuramos imprimir à Secretaria de Obras e do Meio Ambiente foi amplo e abrangente. Ele compreende não só o combate à poluição, mas às enchentes, à insalubridade, à devastação da natureza. Daí a preocupação de unir todos os órgãos da Secretaria em torno desse objetivo comum, transformando uma área de governo "fria", mais habituada aos cálculos estruturais, ao aço, ao concreto, em uma força sintonizada com os anseios da população, desencadeando uma ação técnica e política séria, responsável, capaz e eficiente.

Essa mudança conceitual é o resultado que mais nos orgulha, entre todos que possam ter marcado a nossa gestão.

Importante não foram só as quatro mil e poucas obras inauguradas, as duzentas cidades que receberam água tratada, as 80 com sistemas de tratamento de esgotos em implantação, as significativas reduções na poluição do ar e das águas, a eliminação das enchentes em 350 comunidades do Interior; mas sim a conscientização ambiental da população e do governo. Procuramos sempre incessantemente demonstrar que qualidade de vida e progresso podem e devem coexistir harmonicamente, e que população, empresariado e governo devem participar desse processo com seriedade, responsabilidade, eficiência e sensibilidade.

Depois de quatro anos árduos, nos quais críticas, ceticismos e incompreensões rondaram nosso trabalho, o Estado de São Paulo lidera a defesa e recuperação do meio ambiente, meta sobre a qual nenhum governo mais pode se omitir.

Uma Política de Defesa Ambiental

Em 1975, o ambiente em São Paulo era severamente agredido, principalmente na região metropolitana, onde os níveis de poluição do ar nos anos anteriores registravam um crescimento geométrico. Chegaram a dobrar de 1975 para 1976. Já em 1977 conseguimos parar a curva ascensional, apesar da manutenção de ritmo apreciável de desenvolvimento industrial. Até fins de 1978 conseguimos, em média, 20% de redução sobre 1976.

Em 1975, os rios da área metropolitana estavam mortos, sem oxigênio. A cada 3 partes de água corresponde 1 parte de esgoto. Na região, apenas 36% dos esgotos são coletados e somente 1,5% é tratado. Os restantes ainda não despejados "in natura" nos rios. Mas a solução definitiva para o tratamento de esgotos já está sendo executada em ritmo acelerado. Em 1983, 55% do esgoto total da área metropolitana receberão tratamento secundário moderno, no qual 85% da poluição são retirados.

Em 1975, nenhuma cidade praiana tinha esgoto tratado. Com investimentos superiores a Cr\$ 3 bilhões, todas estão sendo dotadas de sistema de tratamento. Com isto

a praia de Santos e São Vicente em breve deixarão de ser impróprias para os banhos de mar. Nas desembocaduras dos canais dessas praias, que recebem esgotos clandestinos, tivemos índices de 300 mil coliformes/100 mililitros. Com a intensa cloração em canais, e a detecção de esgotos clandestinos, esse número foi reduzido, mas ainda alcança 100 mil coliformes/100 mililitros, enquanto o máximo permissível por lei é 1.000 coliformes/100 mililitros.

Com o funcionamento do Emissário Submarino de Santos o esgoto é lançado em correntes marinhas a quatro quilômetros de distância, não mais atingindo as praias.

Em 1975, somente as usinas de açúcar poluíam os rios do Estado de São Paulo tanto quanto os esgotos de uma população de 15 milhões de pessoas. Reduzimos 95% dessa carga poluidora de 1976 a 1978, impedindo que o restilo atingisse os rios.

No interior, 85% dos municípios (485) tinham enchentes anuais provocadas por rios totalmente assoreados, que cruzam seus perímetros urbanos. Atendemos 350 cidades de 1976 a 1979, eliminando enchentes e corrigindo a erosão urbana através do Grupo Tarefa e Atendimento aos Municípios, criado em 1976, constituído por equipes de técnicos e máquinas (dragas, tratores, basculantes), com grande mobilidade de ação.

Os rios Tamanduateí, Tietê e Cubatão tinham enchentes anuais que perturbavam diretamente cerca de meio milhão de pessoas. Aumentamos 15% de vazão no Tietê, 30% no Tamanduateí e 500% no Cubatão. Mas ainda não é o suficiente. O Tamanduateí está em obras para um aumento de vazão de quase 4 vezes, passando de 130 para 484 metros cúbicos por segundo. Nestes últi-

mos dois anos nem o Tietê nem o Cubatão saíram de seu leito.

Menos de 7% do território paulista apresentam cobertura vegetal natural. O restante foi devastado.

Não é surpresa, portanto, que os resultados da pesquisa efetuada pelo Instituto Gallup, em 1975, indicavam que 87% da população da área metropolitana de São Paulo achavam que a poluição era o seu maior problema, superior ao custo de vida e ao transporte urbano.

Qualquer ação do governo no problema ambiental encontra por isso imediata ressonância na opinião pública.

Em síntese, adotamos uma política corretiva e preventiva: de um lado, controlamos e melhoramos as condições ambientais nos grandes centros, de outro, protegemos as pequenas comunidades para que a poluição não as atingisse de forma descontrolada e caótica, como ocorreu nas metrópoles.

A POLÍTICA AMBIENTAL

Proponho aos futuros governos uma estratégia sensível em relação ao problema ambiental.

Sensibilidade seguida de ações práticas e eficientes, que demonstrem o inabalável desejo de prover uma real defesa do meio ambiente, harmônica com o desenvolvimento, mesmo porque não é mais válida a afirmação de que o desenvolvimento traz consigo, de forma inexorável, a poluição.

O mundo civilizado já adotou a definição de que desenvolvimento e meio ambiente devem conviver harmonicamente e que a indústria da despoluição representa uma nova riqueza, uma tecnologia. E que a saúde do homem, sua eficiência e produtividade — fatores fundamentais da economia — devem ser defendidas, incentivadas e melhoradas.

Proponho que esta ação se faça presente em toda a área e abrangência da política ambiental — a poluição sob todas as suas formas, insalubridade, enchentes de rios, saneamento básico (água e esgotos), erosão urbana e rural, conscientização da responsabilidade individual, preservação da natureza.

Proponho que a estratégia ambiental se transforme em bandeira de alento e de esperança para a população, e que se traduza em um voto de confiança ao governo.

Em 1975, ao assumirmos a Secretaria de Serviços e Obras Públicas, que receberia sua nova denominação meses depois — exatamente para enfatizar a preocupação com a qualidade de vida —, além das ações de controle de poluição das águas, do solo, do ar, dos ruídos incômodos ou prejudiciais à saúde, foi permanentemente necessário contrapormo-nos à tese de que não poderia haver progresso ao lado da defesa da saúde da comunidade.

ASPECTOS INTERNACIONAIS

O homem está transformando a Terra a cada dia que passa, com uma violência cada vez maior, exaurindo os recursos naturais como enorme poderio tecnológico.

É uma trágica ironia da nossa época o fato de os problemas de degradação ambiental terem sido favorecidos por ações que tencionavam melhorar o padrão de vida humano.

O mundo só despertou — de forma consciente, prática e objetiva — para o problema ecológico e ambiental na última década.

Apesar de a UNESCO mostrar interesse, desde sua formação, em 1946, pelos problemas de conservação, e ter criado, em 1948, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, somente em junho de 1972, na conferência de Estocolmo, é que o mundo — 113 nações e as mais importantes organizações da ONU — assumiria efetivamente o problema ambiental como um dos mais sérios da civilização moderna e um dos maiores desafios que a humanidade terá que enfrentar daqui por diante.

Já em 1969, o presidente dos Estados Unidos criava a Agência de Proteção Ambiental, EPA, diretamente subordinada ao seu gabinete.

E, nesta década, o homem passou a conhecer, em toda a sua grandeza, a dilapidação ambiental que vinha se acumulando por séculos.

Conheceu o drama do aumento populacional e das projeções da fome e da subnutrição.

Soube dos desastres ecológicos que, em algumas partes do globo, tornaram impossível a restauração do equilíbrio biológico original.

Sentiu que a insalubridade — e seus danos à saúde — era muito mais poderosa que a própria medicina.

O êxodo rural e as concentrações urbanas aumentaram as tensões sociais nos grandes centros.

E os governos, impotentes para criar infra-estrutura capaz de manter a qualidade de vida em níveis suportáveis, começaram a sentir crescente perturbação social e política, ao lado de profundo descrédito e desesperança com relação a medidas governamentais que pudessem alterar o rumo dos acontecimentos.

A nata pensante da sociedade mundial sensibilizou-se pelo problema da conservação.

O que era do conhecimento de uma minoria sensível aos indícios de degradação ambiental passou a ser percebido por multidões. Daí surgiu o conceito mais generalizado de conservação da natureza como ciência da ecologia aplicada.

A ecologia passou de poesia à religião, na qual as gerações mais jovens encontram resposta aos seus anseios existenciais, e isto porque ela traz consigo um apelo realístico do sentido da vida e de sua própria evolução.

Além da juventude e da inteligência mundial também as lideranças políticas começam a se conscientizar das condições em que estamos forçados a viver e da imensa responsabilidade de cada um para que estas condições melhorem.

Partidos políticos formam-se sob a bandeira ecológica.

Líderes empresariais e políticos, ao se aposentarem, ao invés de se dedicarem às artes, ao lazer, dedicam-se agora, como em um grande clube, à ecologia e ao conservacionismo.

A própria população dos grandes centros, traumatizada pela carência de infra-estrutura social e urbana, e

com acesso crescente às técnicas de comunicação e informação, começa a reagir contra a poluição do ar, da água, sonora e dos alimentos.

Começa a sentir que os programas de Previdência Social que o Governo luta por implementar são impotentes ante a insalubridade provocada pela poluição.

É, pois, fácil prever a repercussão mundial de um programa de governo que demonstre sensibilidade e firme determinação em preservar o Meio Ambiente, desenvolvendo com prioridade programas de Saneamento Básico e Ambiental.

A ação da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente tem angariado respeito internacional. O Banco Mundial aprovou e está financiando o programa de esgotos (Sanegran) para a área Metropolitana de São Paulo e, pela primeira vez em sua história, aprovou a constituição de um fundo de financiamento para indústrias instalarem equipamentos de controle de poluição, destinado ao Estado de São Paulo.

A Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, através da Cetesb, tornou-se em março de 1978 órgão de referência da Organização Mundial da Saúde.

A META DA CONSCIENTIZAÇÃO

Em outros países, a conscientização para as questões ecológicas nasceu de traumas sofridos pela população.

Um exemplo trágico é o da Inglaterra, onde milhares de pessoas morreram durante episódios agudos de poluição do ar, na década de cinquenta, desencadeando

uma mobilização nacional para combater as fumaças industriais e domésticas. Não poderíamos esperar que fatos semelhantes ocorressem no Brasil. Daí adotarmos uma política voltada para a conscientização geral.

Ao lado do estabelecimento de uma estrutura legal que permitisse intervir com rigor para resolver os problemas de poluição, desenvolvemos estrutura de pessoal técnico e de recursos tecnológicos que junto com grande eficiência fiscalizadora, compuseram o tripé em que se basearam as ações do governo do Estado de São Paulo para defender a qualidade de vida da população.

Desde o início, não tivemos dúvidas de que era necessário diminuir rapidamente a poluição e, a partir disso, desenvolver ações para recuperar áreas já degradadas, principalmente na região metropolitana e nos rios do Interior, ao longo dos quais é intensa a atividade industrial e o despejo de esgotos municipais.

A estratégia da administração Paulo Egydio Martins, voltada para ações que beneficiassem diretamente o homem paulista, deu prioridade ao saneamento básico, através do fornecimento de água tratada, sendo realizados também grandes investimentos no equacionamento da disposição final dos esgotos da Grande São Paulo, e ainda em obras de coleta e tratamento de esgotos no Interior e Litoral. Paralelamente à execução das obras, procurou-se despertar a consciência ambiental junto aos diversos segmentos sociais, com o valioso auxílio da Imprensa que, na maior parte das vezes, reagiu com alto senso de responsabilidade ao chamamento do governo. Procurou-se abrir o diálogo com o empresariado e, principalmente, com a população.

Ao mesmo tempo, a Secretaria de Obras e do Meio Ambiente gestionou e obteve, junto ao governo Federal, o apoio da União aos problemas de São Paulo.

Essas ações compreenderam, entre outras, a realização da "Operação Branca", através da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), abrindo um canal de comunicação direto entre a comunidade e o governo. Enquanto isso, centenas de empresários se dispuseram, voluntariamente, a iniciar a execução de projetos e obras de instalação de processos e equipamentos de controle de emissões poluidoras. Com o apoio do Ministério de Minas e Energia e da Petrobrás, a região metropolitana de São Paulo recebeu, nos últimos três períodos de inverno — estação sempre mais desfavorável à dispersão dos poluentes na atmosfera — uma expressiva quantidade adicional de óleo combustível de Baixo Teor de Enxofre (BTE), reduzindo em 30% as emissões de dióxido de enxofre e, em consequência, evitando a elevação dos índices de poluição do ar. Também o fornecimento de gasolina equalizada a Grande São Paulo, a partir de 1977, contribuiu para reduzir em 20% as concentrações de monóxido de carbono, quase o ano inteiro acima dos padrões de qualidade do ar. Com o Ministério do Interior, foi assinado convênio para apoio a obras de controle da erosão que atinge, com maior gravidade, cerca de 80 cidades paulistas (com recursos próprios atendemos mais de 30 cidades até 1978).

A partir dos nossos esforços para integrar as ações a vários níveis de governo, com a adesão do empresariado e da população, tivemos condições de buscar as melhores soluções para os problemas ambientais. As reivindicações da população, manifestações de protesto, não representaram cargas contra o governo. Em todos esses

episódios, o governo já estava consciente dos problemas e já agia.

Graças aos investimentos em pessoal e tecnologia, pudemos conhecer melhor os problemas e suas causas, permitindo que articulássemos as medidas necessárias para enfrentá-los. Os mesmos fatores foram decisivos para que pudéssemos reagir com presteza a fatos novos e acidentais. O acidente do petroleiro de bandeira liberiana "Brazilian Marina", no canal de São Sebastião, provocou um despejo de milhares de toneladas de óleo cru nas praias consideradas as mais belas do Estado de São Paulo. Através do recém-criado Comitê de Defesa do Litoral, integrando mais de uma dezena de entidades ligadas à defesa das nossas costas — entre elas órgãos da Marinha e Força Aérea Brasileira — pudemos adotar medidas de urgência compatíveis com os recursos técnicos de que dispúnhamos na época. Hoje pessoal treinado e modernos equipamentos para recuperação de óleo derramado no mar já estão à disposição do comitê.

QUESTÕES DE SOBREVIVÊNCIA

Acima das prioridades governamentais, nosso enfoque sempre considerou a questão ambiental como de sobrevivência. Para nós, o combate à poluição, a defesa da qualidade de vida e as ações para melhorá-la não poderiam ser deixados às gerações futuras. Por isso insistimos no conceito amplo de saneamento ambiental. Um exemplo de ação integrada é o da criação do Parque Ecológico do Tietê, como um subproduto da retificação do rio para eliminar os graves problemas das enchentes. Simultaneamente, estão sendo equacionados os problemas de despejos poluidores ao longo de mais

de oitenta quilômetros do rio e estabelecida uma infraestrutura de lazer para uso da população de toda a Grande São Paulo.

Também na região metropolitana, onde se concentram os problemas de poluição do ar no Estado de São Paulo, foram realizados maciços investimentos em tecnologia, com a aquisição de laboratórios automáticos, funcionando ininterruptamente, transmitindo de instante a instante, por linhas diretas, a um computador central, informações sobre análises de qualidade do ar efetuadas em vinte e sete estações dispersas pela região (incluindo Cubatão). Essa rede, já em operação, permite ao governo reagir com presteza a eventuais episódios agudos de poluição do ar causados por acidentes industriais.

Essa mesma decisão de investir para resolver os problemas permitiu que inúmeros caminhos fossem abertos pela Cetesb, hoje a grande universidade brasileira de formação de pessoal técnico na área do meio ambiente.

Um órgão governamental que não é mais só paulista, mas em patrimônio de todo o País, contribuindo para o equacionamento e execução de soluções de questões ambientais em mais de uma dezena de Estados.

Através do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), além do combate às enchentes de rios da região metropolitana, de graves implicações econômicas e psico-sociais (com a retificação do Tietê e a construção da nova caixa do Tamanduateí), houve também um melhor atendimento às necessidades das cidades do Interior, através da cessão de equipamentos pesados para a realização de retificação, desassoreamento, dragagem de rios e córregos e outras obras de interesse de centenas de municípios.

A criação do Grupo Tarefa de Atendimento aos Municípios, dotado de máquinas pesadas que não poderiam ser adquiridas pelas prefeituras isoladamente para efetuar os serviços necessários a nível local, de pequena monta, em geral, mas inadiáveis, permitiu atender 350 municípios até o final de 1978.

Como desdobramento da ação do Grupo Tarefa, a Secretaria de Obras e do Meio Ambiente criou uma equipe dedicada apenas ao estudos dos problemas de erosão no Estado. O primeiro projeto dessa equipe foi executado com êxito em Assis, contendo a voçoroca com um quilômetro de extensão, 100 metros de largura e 20 metros de altura, que destruiu dezenas de casas. No lugar do "buracão" foi erguido um centro esportivo e de lazer para a população de Assis. Projetos semelhantes vêm sendo executados em outras cidades.

Outro exemplo do nosso empenho na recuperação ecológica de áreas, ainda no âmbito do DAEE, é o do fechamento do Valo Grande. Em agosto de 1978, o Valo Grande foi fechado, mais de 150 anos depois da abertura do canal que, embora abreviasse em 52 quilômetros o trajeto dos navegantes no rio Ribeira de Iguape para atingir Iguape ou Registro, representou, com o tempo, um desastre ambiental, pois o canal passou de quatro metros de largura para 236 metros em alguns pontos, quando a erosão de suas margens destruiu bairros inteiros e isolou Iguape do Continente. Além disso, o Valo Grande teve efeitos igualmente desastrosos sobre a ecologia da região lagunar de Iguape — um dos maiores viveiros de camarões, moluscos e peixes do mundo.

As diversas tentativas anteriores de fechamento do Valo malograram porque, à medida em que se construía a barragem a velocidade das águas aumentava e car-

reava o aterro, destruindo os braços da barragem. À base de um projeto novo, significativo inclusive sob o aspecto de obra civil, foi construída a barragem que intercepta o canal, fechando-o. Menos de um mês após o fechamento, com a volta dos antigos teores de salinidade, os camarões começaram a retornar à região de Iguape, no extremo Sul do litoral paulista.

ROMPENDO O CÍRCULO VICIOSO DA DOENÇA

Já no âmbito da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) foram investidos, em quatro anos, mais de 42 bilhões de cruzeiros em obras de saneamento básico em 215 municípios paulistas, incluindo a Capital, onde a Companhia opera os serviços de água e esgotos. Desse total, 16,6 bilhões de cruzeiros foram aplicados no Programa de Abastecimento de Água para a região Metropolitana de São Paulo. Entre outras obras, foram executadas 485 mil ligações domiciliares gratuitas, para romper o círculo vicioso da doença.

No Litoral, a Sabesp desenvolve um conjunto de obras integradas para abastecimento da população com água tratada e para coleta e disposição final de esgotos, com vistas à despoluição das praias. Entre essas obras está o complexo formado pelo emissário submarino de Santos, interceptores, quatro estações elevatórias e estação de tratamento, já em funcionamento. Através do Departamento de Edifícios e Obras Públicas (DOP), outro órgão vinculado à Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, voltamos a demonstrar que algumas obras de pequenas dimensões são de grande importância para as comunidades beneficiadas: centenas de municípios re-



O emissário submarino contribuirá para recuperar as praias.

ceberam pontes de madeira, garantindo condições permanentes para o escoamento de safras em estradas vicinais. Ao mesmo tempo, foi implantada uma filosofia de modulação de projetos de centros de saúde, delegacias e fóruns, permitindo construções mais baratas, em prazos menores, e que possam ser aumentadas com rapidez, sem alterar suas estruturas básicas, de acordo com as ampliações das necessidades de cada município.

No setor dos resíduos sólidos, do lixo, para dotar o Estado de um sistema eficiente e eficaz de destinação final, eliminando incontáveis focos de proliferação de vetores de doenças e também a contaminação das águas, foi desenvolvida uma solução com apoio do Estado aos Municípios para construírem corretamente seus aterros sanitários, ou operarem, em nível regional, usinas de compostagem e tratamento de lixo. Um projeto piloto, no Vale do Paraíba, demonstra a viabilidade e os benefícios dessa integração.

Essa nossa luta de quatro anos, portanto, deve ser compreendida apenas como um início, a definição de rumos, num combate que precisa ser mantido e ampliado. Por isso escrevemos esta série de artigos, mais do que um relatório de gestão, uma forma de fazer com que os temas neles abordados permaneçam atuais, para que a luta continue. Há muito ainda por fazer para despertar a sensibilidade dos indiferentes, dos incrédulos, dos comodistas.

É preciso agir antes que um desastre ambiental nos atinja, antes que a natureza não possa ser reconstituída, antes que se formem desertos, ou que rios sejam irrecuperavelmente perdidos.

Nada mais legítimo que o direito de ser e de prover para que nossos filhos sejam a cada dia mais saudáveis, mais fortes e mais felizes.